

revista
Imagine
Acredite

Edição 25 | Ano V | 2024

Jornalismo sério e a serviço dos brasileiros

SUSTENTABILIDADE

A PALAVRA DE ORDEM PARA O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL

Capa: Francisco Machado

GOVERNO FEDERAL

Governo Lula avança com pacote de medidas para Microempreendedores e Infraestrutura em todo o país

MÚTUA

O legado de Joel Krüger: PUCPR reconhece décadas de dedicação com nova homenagem

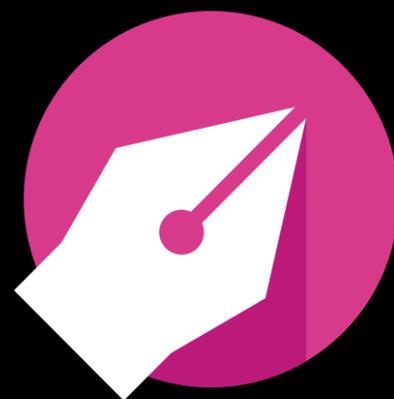
SAÚDE

Outubro Rosa e Novembro Azul: movimentos essenciais para a Saúde

✉ chico.machado83@outlook.com
☎ (83) 9 9605-0924

Designer Gráfico

Direção de Arte | Experiência do Usuário | Design de Marca

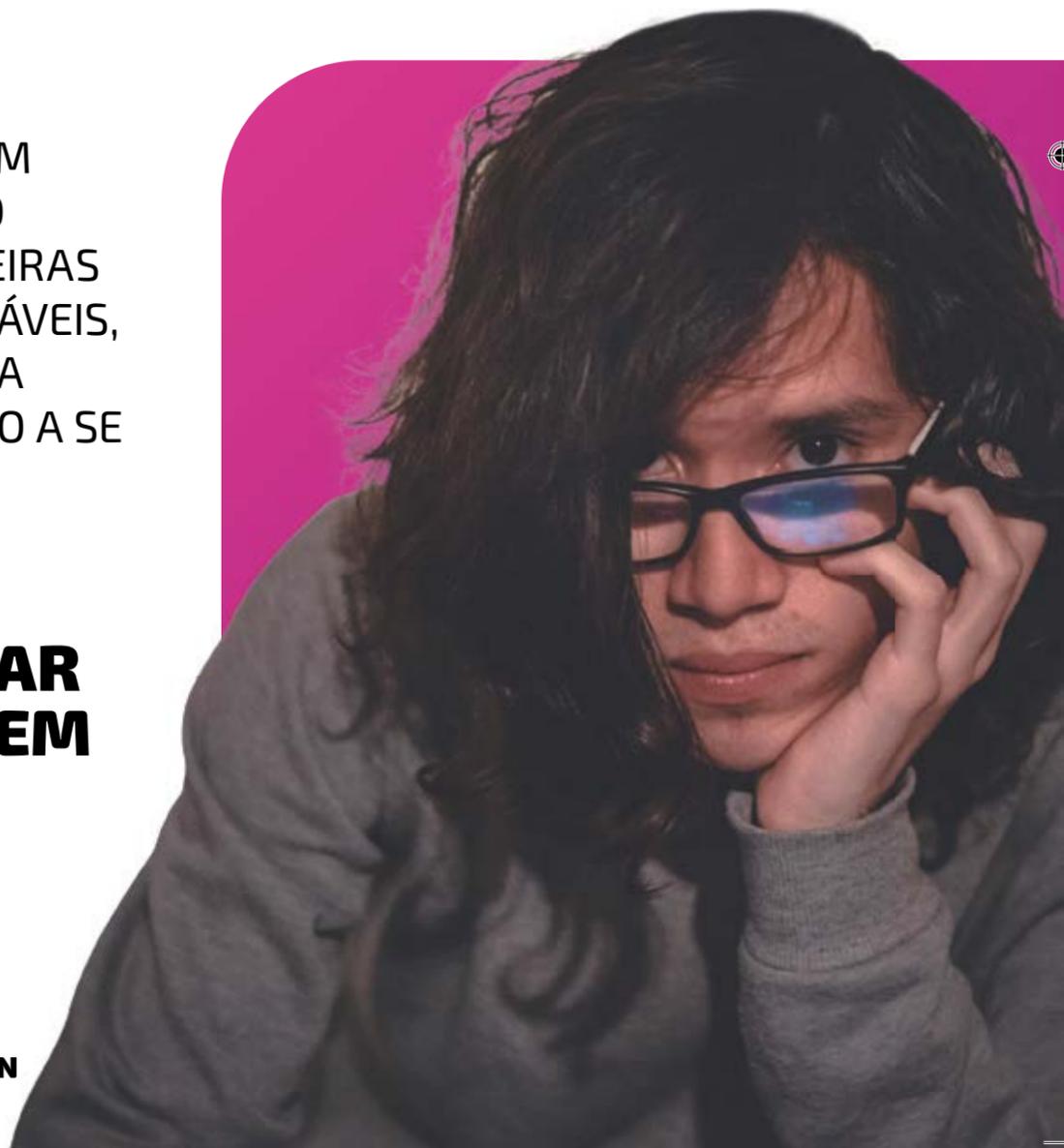


SE VOCÊ BUSCA UM DESIGN QUE VAI ALÉM DO VISUAL, CRIANDO CONEXÕES VERDADEIRAS E RESULTADOS PALPÁVEIS, ESTOU PRONTO PARA AJUDAR SEU NEGÓCIO A SE DESTACAR.

VAMOS TRANSFORMAR SUAS IDEIAS EM SUCESSO!



ESCANEIE O CÓDIGO AO LADO E VEJA MEU LINKEDIN



revista **Imagine**
Acredite

Diretor Executivo
Sérgio Botelho Júnior

Editor e Jornalista Responsável:
Sérgio Botelho Júnior
DRT 8318/DF
botelhojunior73@yahoo.com.br

Contato:
(61) 99641-0830

Jornalistas:
Tércia Diniz
MTB: 0010821/DF
Thiago Farias
DRT 2453/SE

Diagramação
Denis Maerlant

Assist. de Diagramação
Ravi Leal

Capa
Francisco Machado

Fotografias:

- Assessorias
- Agência Senado
- Agência Brasil
- Agência Brasília
- Pixabay
- Freepik
- Wikipédia
- Internet
- E Arquivo Pessoal

O conteúdo dos anúncios são de responsabilidade do anunciante.

Tiragem
5.000 exemplares
Valor Unit.: R\$ 4,53

CNPJ
28.524.560/0001-64



PÁGINAS AMARELAS 6
Sandro Avelar busca transformar Brasília em referência nacional em segurança pública



CAPA 10
Sustentabilidade: a palavra de ordem para o desenvolvimento mundial



GOVERNO FEDERAL 18
Governo Lula avança com pacote de medidas para Microempreendedores e Infraestrutura em todo o país



SUSTENTABILIDADE 26
Soluções Sustentáveis: Cycle Green assume protagonismo no mercado Ecológico



CÂMARA DOS DEPUTADOS 34
Hugo Motta: o nome da convergência na Câmara dos Deputados



INVESTIMENTOS 44
Presidente da Caixa destaca importância da NIB para o desenvolvimento do Brasil



ESPECIAL 48
Comandante Hamilton reflete sobre desafios aéreos durante coberturas



COLUNA SOCIAL 50
Engenharia em cena: Salvador celebra a maior SOEA da década e passa o bastão para Vitória

RESULTADO DAS ELEIÇÕES DE 2024 IMPÕE SÉRIOS DESAFIOS PARA O PLEITO DE 2026

Com o término das eleições municipais de 2024, o centrão, a centro-direita e a direita se consolidaram como as maiores forças políticas do país, tanto é que a maioria das cidades serão comandadas da por siglas como: PSD (887), MDB (853), PP (747), União Brasil (583), PL (516) e Republicanos (433). A esquerda, por outro lado, só aparece no ranking com o PSB (309), que superou o PSDB (272), e o PT (252).

Neste cenário, é importante destacar que o PT e todos os partidos com espectro ideológico que partem do centro até a direita cresceram em relação ao saldo das eleições de 2020, o

que impõe sérios desafios para a corrida presidencial de 2026.

O Bolsonarismo, embora tenha saído fortalecido das urnas ao aumentar em 50% o número de prefeituras conquistadas, terá que reconquistar a hegemonia, pois somou importantes derrotas em capitais (Manaus, Fortaleza, Goiânia e Belém) e ainda saiu rachado com uma ala mais radical liderada por nomes em ascensão, como o de Pablo Marçal, em São Paulo.

Somado a isso, o discurso do prefeiteoreeleito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), que chamou o governador

Tarcísio de Freitas (PL), pretensão bolsonarista presidenciável, de “líder maior, que esteve comigo no momento mais difícil da campanha”, aliado a fala do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), outro presidenciável da direita mais tradicional, de que “a direita não tem dono”, enfraqueceram a figura e liderança do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que sem holofotes, deixou Goiânia após saber da derrota do seu candidato a prefeito.

Neste cenário, percebe-se que a direita já começa medir forças na

disputa pelo Palácio do Planalto, desafiando o bolsonarismo, que já está rachado, a uma articulação que vise à unidade em torno de um nome capaz de vencer o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

No campo da esquerda, liderada pelo PT e o presidente Lula, os desafios são ainda mais urgentes. É que mesmo tendo aumentado o número de prefeituras e conquistado cidades importantes, o saldo eleitoral deixou muito a desejar para um partido que comanda o Governo Federal, que tem partidos como o PSD e o MDB lota-

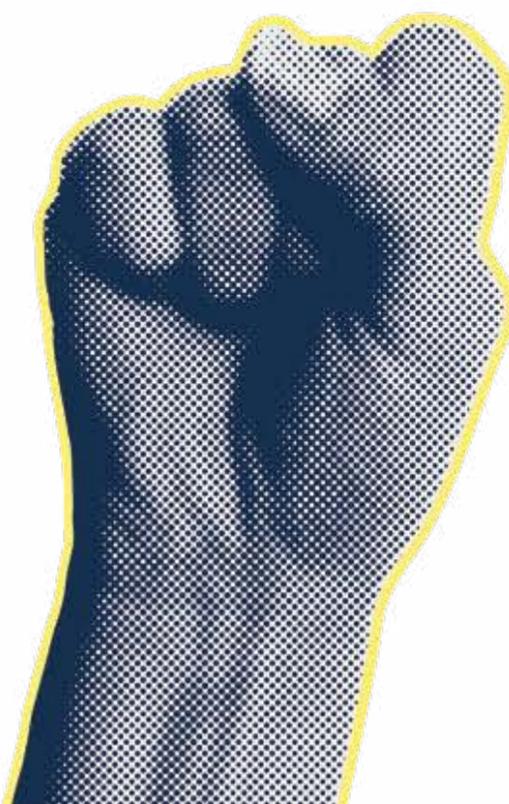
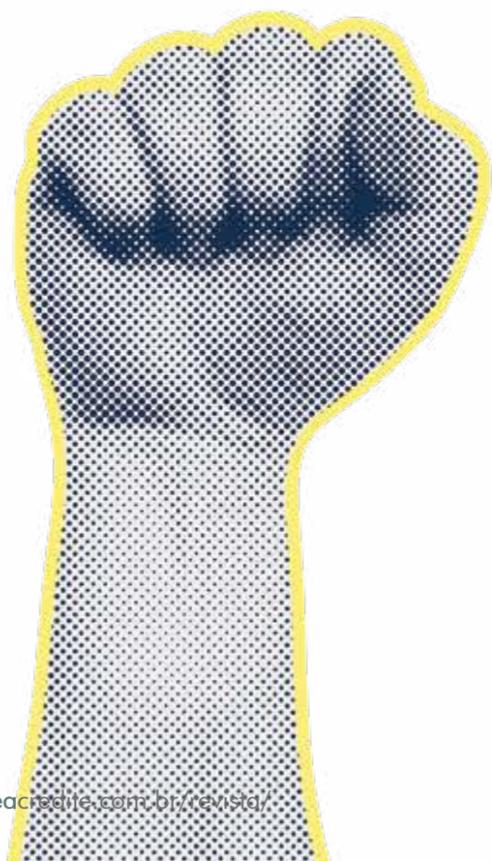
dos na Esplanada dos Ministérios.

Com a vitória do Centrão e da direita, o Executivo precisará reorganizar as forças lotadas no Governo em prol da governabilidade, bem como mostrar que seu líder maior que completou 79 anos tem muita capacidade e saúde para continuar comandando os destinos do Brasil, um país que possui uma quantidade considerável de eleitores conservadores.

Aliado a tudo isso, a esquerda ainda possui a urgente necessidade de realinhar o seu discurso eleitoral, que parece

distante do eleitorado, e de trabalhar o fortalecimento de novas lideranças políticas - a exemplo do prefeito de Recife, João Campos (PSB) - capazes para suceder o presidente Lula, que já provou ser uma figura política muito maior do que as divisões existentes no país.

Diante de tudo isso pode-se afirmar que, ainda que discretamente, já foi dada a largada na pré-campanha visando as eleições de 2026. Que ao final de tudo isso, o Brasil e a vontade dos brasileiros sejam os grandes vencedores.



SANDRO AVELAR BUSCA TRANSFORMAR BRASÍLIA EM REFERÊNCIA NACIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA

O Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Delegado Federal Sandro Avelar, concedeu uma entrevista à Revista ImagineAcredite, abordando questões importantes sobre a segurança na capital federal. Com uma vasta experiência na Polícia Federal, Avelar compartilhou sua trajetória, os desafios enfrentados por sua gestão e as iniciativas para reduzir a criminalidade e aumentar a sensação de segurança entre os moradores do Distrito Federal.

Durante a conversa, o secretário destacou a importância de enfrentar os crimes violentos, como homicídios, latrocínios e feminicídios, que, embora estejam em queda, ainda preocupam a população. Ele mencionou que, além de reduzir os índices, é fundamental transmitir à população a sensação de segurança. “Embora os números mostrem queda, nosso grande esforço é fazer com que a população realmente se sinta protegida”, afirmou Avelar.

Segundo o secretário, crimes contra o patrimônio, como furtos e roubos, afetam diretamente a percepção de segurança dos cidadãos. Para combater esses delitos, a Secretaria tem investido na modernização de equipamentos e na adoção de novas tecnologias, como câmeras de monitoramento e sistemas de reconhecimento facial e de placas de veículos. Avelar destacou que, apesar das dificuldades, Brasília tem registrado avanços: “Comparado aos demais estados, hoje só perdemos para Santa Catarina. Mas queremos superar isso”.

Avelar também reforçou que a atuação integrada com a sociedade civil e as forças de segurança é crucial para o sucesso das políticas públicas de segurança. Ele ressaltou que a segurança é responsabilidade de todos e que o envolvimento das comunidades pode fazer a diferença. “Defendemos muito a soma de esforços. Segurança pública é dever do Estado, mas é responsabilidade de todos”, pontuou. Confira a seguir a entrevista exclusiva com o Secretário.

IMAGINEACREDITE: Como o secretário Sandro Avelar se descreve? Pode nos contar sobre sua jornada até ingressar na Polícia Federal? Quais foram os momentos decisivos que o levaram a seguir essa carreira na área de segurança?

Sandro Avelar: A minha trajetória em Brasília foi marcada por alguns momentos em que eu tive que tomar decisões, entre elas a minha escolha de ser Delegado de Polícia Federal. Eu era assessor de Desembargador no Tri-



bunal de Justiça do DF e já estava prestando concurso para juiz – já tinha passado nas primeiras fases, e tinha passado também no concurso de procurador do DF. E quando eu fui chamado para fazer o curso de formação na Polícia Federal, eu sabia que aceitar ia me afastar dos demais concursos que estavam em andamento. Nesse momento, eu tive uma conversa decisiva com meu pai. Meu pai me falou: ‘você não pode deixar de se dar a oportunidade de ser Delegado Federal. Se você não se encontrar, você vai reencontrar o seu caminho’. Então, eu me considero realizado e muito feliz na Polícia Federal. Eu fiz uma carreira muito digna, tenho um amor imenso pela Polícia Federal, ocupei posições importantes tanto dentro da estrutura, onde eu fui Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado, Diretor Executivo por três vezes, além de ter sido adido da Polícia Federal no Reino Unido e também fui Presidente da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal por dois mandatos e Presidente da Federação dos Delegados de Polícia Federal.

IA: Quais são os principais desafios enfrentados pela Secretaria de Segurança Pública do DF?

SA: A redução dos números da criminalidade e sobretudo transmitir a população a sensação de segurança, porque nós temos conseguido reduzir os números tanto dos crimes violentos letais intencionais – como homicídio, lesão corporal seguida de morte, latrocínio, feminicídio. É preciso que a população tenha a sensação de segurança e, normalmente, o que tira da população a sensação de segurança são os crimes contra patrimônio – furtos, roubos. Os números são bons, e estamos trabalhando para melhorá-los ainda mais, mas o mais importante é que a população se sinta protegida. É evidente que a população precisa estar informada e adotar cuidados, evitando áreas e horários de maior incidência criminal para reduzir riscos. O nosso grande esforço é no sentido de fazer com que a população de Brasília realmente se sinta protegida. Em uma análise comparativa com as demais capitais, hoje nós

só perdemos para Florianópolis. Queremos ser a unidade federativa mais segura e onde a sensação de segurança seja mais perceptível

IA: Como a integração entre forças distritais e federais está contribuindo para a melhoria da segurança pública no DF, especialmente em situações de alta complexidade?

SA: Defendemos fortemente a integração e a soma de esforços, que vem do mandamento constitucional previsto no artigo 144, que determina que a segurança pública é dever do Estado, mas responsabilidade de todos. Então, temos convidado a sociedade civil para dialogar por meio dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGS). A nossa forma de fazer segurança pública é ouvindo e estando junto com a comunidade, fazendo com que a comunidade conheça os profissionais responsáveis por cada região. Nas reuniões se fazem presentes os comandantes de batalhão, os delegados–chefes, representantes do Corpo de Bombeiros, do Detran e de outras áreas de governo.

Nós acreditamos muito que a segurança quando tratada, não só pelos órgãos responsáveis pela segurança, mas por todo o sistema do poder público, envolvendo também a sociedade civil, os resultados além de serem resultados mais bem sucedidos, nós conseguimos uma consistência



nesses resultados. Sobre o governo federal, nós estamos dialogando diretamente com o Ministério da Justiça, sobretudo com a SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública) e nós tem feito isso não só na condição de Secretário de Segurança Pública do DF, mas também como presidente do Consesp (Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública que reúne todos os secretários de Segurança Pública do país.

IA: Quais são os planos da Secretaria para o fortalecimento da segurança nas áreas mais vulneráveis do DF, como Ceilândia e Samambaia?

SA: Nós temos distribuído o nosso policiamento, convivendo com uma dificuldade grande, porque a Polícia Militar, por exemplo, em 2012 – quando eu fui secretário pela primeira vez –, tinha 16 mil componentes, hoje, nós temos 10 mil. Então foi uma defasagem muito grande no período de 10 anos. O governador Ibaneis tem feito muitos concursos, agora nós estamos colocando mais 1.200 Policiais Militares que em breve estarão nas ruas e com isso nós vamos ter melhor capacidade de distribuição desse efetivo nos locais onde as manchas criminais estão mais acentuadas. Nós temos aplicado o uso de tecnologia, como o uso de câmeras em as regiões do Distrito Federal. Estamos em trabalho com a Polícia Civil para identificar a autoria dos crimes e não deixar com que esses crimes passem impunes. Nós vamos adquirir mais equipamentos públicos para que a população se sinta mais segura.



IA: A tecnologia desempenha um papel cada vez mais importante na segurança pública. Quais inovações tecnológicas estão sendo implementadas pela sua gestão para combater o crime no DF?

SA: No DF estamos instalando câmeras em todas as Regiões Administrativas. Já temos cerca de 90% das Regiões Administrativas contempladas. Até o final do governo, teremos todas as Regiões contempladas. São Totens que estão sendo adquiridos e darão uma grande visibilidade também a população.

IA: Como a sua gestão está lidando com o aumento da criminalidade cibernética, que também afeta a população do Distrito Federal?

SA: Nós temos delegacias especializadas, até porque o crime cibernético vem na contramão do que têm sido os demais índices da Segurança Pública. Esse crime tem crescido no Brasil e no mundo, enquanto a criminalidade violenta vem sendo reduzida. Esse tipo de criminalidade usa a tecnologia, as fraudes bancárias, as redes sociais, para cometer crime de pedofilia e outros crimes bárbaros.

IA: Há planos para novas parcerias com o setor privado ou organizações internacionais para melhorar a segurança pública no DF?

SA: Temos tido uma excelente relação com a sociedade civil organizada. Inclusive nós temos, por exemplo,



a Fecomércio que tem nos ajudado com a sanidade física e mental dos nossos policiais. Estamos, também, fazendo parcerias para utilização de câmeras em locais estratégicos e desenvolvemos, por exemplo, o projeto “Vizinhança Segura”, em que os próprios vizinhos se protegem e a polícia intervém, sempre que demandada. Além disso, desenvolvemos ampliamos os dispositivos do programa Viva Flor, destinado a mulheres vítimas de violência doméstica.

IA: A Secretaria tem iniciativas voltadas à prevenção e ao combate à violência doméstica e de gênero. Como esses temas são debatidos junto à sociedade e como é feito o processo de avaliação para garantir que as políticas públicas estão chegando na ponta? Como a SSP está trabalhando para combater o aumento do feminicídio?



SA: Nós temos esse tema como uma absoluta prioridade. Não existe tema mais importante do que o combate à violência doméstica. Por isso, temos disponibilizado equipamentos de tecnologia por meio do Viva Flor, premiado pelo Conselho Nacional do Judiciário (CNJ), que reconheceu a eficácia desse programa. Temos trabalhado com a sociedade civil através de programas como o Aliança Protetiva, que reúne lideranças religiosas e comunitárias para apoiar a mudança de mentalidade na população. O objetivo é incentivar que mulheres não se mantenham em relações de submissão com agressores, ajudando-as a se afastarem de possíveis algozes e a buscarem apoio.

IA: Dada a crescente população do Distrito Federal, como a Secretaria está se preparando para lidar com o aumento da demanda por segurança nos próximos anos?

SA: Estamos tentando equalizar o déficit de material humano, uma vez que as corporações estão com efetivo bastante defasado. A Polícia Militar que já teve 16 mil, hoje tem 10 mil; a Polícia Civil que já teve mais de 6 mil, hoje tem menos de 4 mil. Então nós estamos fazendo concurso para repor esses quadros, usando tecnologia e instalado câmeras em todas as regiões administrativas..

IA: Como o Conselho Distrital de Segurança Pública (Condisp) do DF tem atuado para promover maior integração entre as forças de segurança e a sociedade civil? Quais são os principais avanços dessa colaboração?

SA: Para nós é absolutamente fundamental. Nós estamos agora realizando, em Brasília, no mês de novembro, a primeira Conferência de Segurança Pública no Distrito Federal (Confedisp). É um evento grande. Eu insisto muito na palavra transparência. Nós mostramos à sociedade o que está sendo feito, ouvimos da sociedade se ela concorda com aqueles métodos, e assim vamos construir uma segurança pública eficiente e bem-vista aos olhos da sociedade.

IA: Quais são os desafios mais significativos enfrentados pelo Condisp na elaboração e implementação de políticas públicas de segurança, e como sua gestão pretende superá-los para garantir maior segurança à população?

SA: A política de segurança pública é muito voltada à oitiva da comunidade. Nós efetivamente temos valorizado muito os CONSEGs que são grandes parceiros na identificação, por exemplo, das peculiaridades de cada uma das Regiões Administrativas que têm realidades completamente diferentes. E eles nos ajudam muito a identificar as demandas da população. Estamos trabalhando em conjunto para dar aos brasilienses o melhor retorno possível em termos de segurança pública.

SUSTENTABILIDADE

A PALAVRA DE ORDEM PARA O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL

O G-20 é um grupo internacional que reúne as 19 maiores economias do mundo, além da União Europeia, com o objetivo de discutir e coordenar políticas econômicas globais. Os países membros são: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino



Temos que usar a oportunidade para avançar a nossa visão para um mundo mais integrado, próspero e generoso, que nos permita realizar as nossas aspirações como sociedade



nacional, abordando questões como estabilidade financeira, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável. A presidência brasileira tem enfatizado a necessidade de reformas na governança global, visando maior representatividade dos países em desenvolvimento nas instituições internacionais. O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou: “Será uma ocasião ímpar para projetar uma imagem renovada do Brasil e apresentar uma visão de liderança em termos de cooperação internacional e no debate das grandes questões econômicas e sociais”.

Além das reuniões de líderes, o G20 inclui encontros de ministros de finanças, governadores de bancos centrais e grupos de trabalho que discutem temas específicos. Essas reuniões preparatórias são essenciais para a construção de consensos e a formulação de políticas que serão apresentadas na cúpula principal. O embaixador Maurício Lyrio, coordenador dos trabalhos do G20 no Brasil, ressaltou: “a importância do G20 é indiscutível. Temos hoje o G20 como o foro de diálogo mais importante entre as maiores potências do mundo”, afirmou na primeira rodada de debates do projeto “G20 no Brasil”, uma parceria entre Valor Econômico, O Globo e CBN.

A presidência brasileira do G20 também busca envolver a sociedade civil nos debates, promovendo eventos paralelos que permitam a participação de diversos setores. O objetivo é garantir que as discussões reflitam as necessidades e aspirações da população.

COMBATE À FOME, POBREZA E DESIGUALDADE

Nos últimos dois anos, o Brasil obteve uma redução de 40% na taxa de extrema pobreza, segundo o Observatório Brasileiro das Desigual-

Unido, Rússia e Turquia. Juntos, esses países representam cerca de 85% do Produto Interno Bruto (PIB) global e 75% do comércio internacional.

Em dezembro de 2023, o Brasil assumiu a presidência rotativa do G20, com a cúpula de líderes agendada para os dias 18 e 19 de novembro, no Rio de Janeiro. Este evento marca a primeira vez que o país sedia a reunião de cúpula do grupo, oferecendo uma oportunidade única para influenciar a agenda global em temas cruciais. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou a importância do encontro: “A gente vai ter uma reunião histórica no País e espero que possa tratar de assuntos que nós precisamos parar de fugir e tentar resolver. Não é mais humanamente ex-

plicável o mundo tão rico, com tanto dinheiro atravessando o Atlântico, e a gente ter tanta gente ainda passando fome”.

“Nós estamos propondo que o Brasil lidere uma espécie de reglobalização sustentável, do ponto de vista social e do ponto de vista ambiental. Não acontece todo dia de termos a chance de pautar os trabalhos do G20. Temos que usar a oportunidade para avançar a nossa visão para um mundo mais integrado, próspero e generoso, que nos permita realizar as nossas aspirações como sociedade”, complementa o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O G20 serve como plataforma para a cooperação econômica inter-

dades. Esse avanço é resultado de um conjunto de políticas públicas, como a ampliação do Bolsa Família, programas de assistência alimentar e esforços para garantir acesso à educação e saúde nas áreas mais vulneráveis. Essas iniciativas buscam assegurar uma renda mínima para milhões de famílias e integrar comunidades marginalizadas na economia formal.

“O mais importante: queda da extrema pobreza em todas as regiões do país e entre as mulheres negras, que são a maioria na extrema pobreza, com redução de 45,2%. Isso mostra que estamos no caminho certo. Cada vez mais tirar da fome, da extrema pobreza e da pobreza, fazer crescer e melhorar de vida”, apontou o titular do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Wellington Dias.

A questão da fome, porém, permanece um desafio mundial. Dados da Organização das Nações Unidas indicam que mais de 700 milhões de pessoas sofrem de insegurança alimentar, o que representa quase 10% da população global. Crises recentes, como a pandemia de COVID-19 e conflitos em várias regiões, afetaram a produção e a distribuição de alimentos, agravando a situação em países de baixa renda. Organizações internacionais e governos ressaltam



a importância de uma resposta coordenada para evitar retrocessos nos avanços obtidos contra a fome nas últimas décadas.

A desigualdade econômica também está em foco. Disparidades no acesso a recursos e oportunidades de trabalho afetam a estabilidade social e limitam o potencial de desenvolvimento das nações. Embora as economias de muitos países tenham se recuperado após a pandemia, a distribuição de renda segue desigual. Economistas argumentam que uma concentração excessiva de riqueza afeta o crescimento sustentável, reforçando



a necessidade de políticas fiscais que promovam uma distribuição mais justa de recursos.

No Brasil, o desenvolvimento sustentável tem sido uma ferramenta para promover a inclusão social e a redução das desigualdades. A agricultura familiar, por exemplo, é incentivada por meio de programas de apoio e capacitação, permitindo que pequenos produtores tenham acesso ao mercado e contribuam para a segurança alimentar. Iniciativas como essas não só proporcionam renda às famílias, mas também fortalecem as economias locais, promovendo a estabilidade nas comunidades rurais.

A urbanização também é um desafio que o país enfrenta ao promover inclusão e combate à pobreza. Investimentos em infraestrutura básica, como saneamento e habitação, têm melhorado a qualidade de vida em regiões carentes e contribuído para a criação de ambientes saudáveis e seguros. A integração dessas comunidades à infraestrutura urbana contribui para que seus moradores tenham acesso a serviços essenciais, como transporte, escolas e hospitais, reduzindo os efeitos da exclusão social.

No cenário internacional, a cooperação é considerada vital para o sucesso de políticas de combate à fome e pobreza. A colaboração entre países, organizações não governa-

mentais e o setor privado oferece um potencial expressivo para acelerar mudanças positivas. Parcerias permitem a troca de conhecimento, o compartilhamento de recursos e a implementação de práticas inovadoras, ampliando o alcance de programas sociais. Para o Brasil, essas alianças globais são essenciais para fortalecer iniciativas locais e atrair investimentos que apoiem os esforços de desenvolvimento.

A educação é frequentemente apontada como a base para romper o ciclo de pobreza. No Brasil, programas que ampliam o acesso a uma educação de qualidade visam promover oportunidades para jovens em situação de vulnerabilidade. Além disso, iniciativas de capacitação profissional e estímulo ao empreendedorismo buscam equipar as novas gerações com habilidades que aumentem suas chances de empregabilidade. A inclusão das mulheres nesses programas também é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.



O mais importante: queda da extrema pobreza em todas as regiões do país e entre as mulheres negras, que são a maioria na extrema pobreza, com redução de 45,2%.

Outro aspecto importante é a segurança alimentar, que requer políticas abrangentes. A produção sustentável e a redução do desperdício de alimentos são áreas de crescente importância, especialmente em tempos de crise climática, que impacta as colheitas e a distribuição de alimentos. Organizações brasileiras e internacionais trabalham para integrar a preservação ambiental com a produção agrícola, buscando garantir o abastecimento interno e contribuir com soluções que possam ser replicadas globalmente.

A tecnologia também desempenha um papel importante no combate à fome e desigualdade. Inovações em agricultura, desde o uso de dados para otimizar colheitas até o desenvolvimento de sistemas de transporte mais eficientes, têm facilitado o acesso a alimentos e ajudado a reduzir custos. No Brasil, projetos de agricultura de precisão estão sendo promovidos para tornar o setor mais eficiente e sustentável, com potencial de contribuir diretamente para a segurança alimentar.

A assistência social e as redes de proteção são componentes centrais para garantir que famílias em situação de vulnerabilidade tenham acesso aos serviços e apoio necessários. No Brasil, programas de transferência de renda e apoio psicológico para famílias em situações de crise se mostraram eficazes para atenuar os impactos econômicos e sociais. Esses programas se tornaram referência para outros países, que consideram adotar políticas semelhantes em suas próprias realidades.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento sustentável busca equilibrar o progresso econômico com a preservação ambiental e a justiça social, assegurando que as necessidades das gerações presentes sejam atendidas sem comprometer a capacidade das futuras gerações de suprirem as suas próprias demandas. Essa abordagem reconhece a finitude dos recursos naturais e a importância de utilizá-los de forma responsável, promovendo um crescimento econômico que não esgote os recursos para o futuro.



A importância do desenvolvimento sustentável está atrelada à necessidade de conservação dos recursos naturais para as próximas gerações. Na atualidade, é sabido que há um grande impacto das atividades produtivas no meio natural. A sociedade atual está baseada no consumismo, situação que gera um alto consumo de insumos naturais. A partir do crescimento do consumismo, a capacidade de geração de recursos naturais pelo planeta fica comprometida, uma vez que a natureza não acompanha os níveis de consumo da sociedade. Além disso, muitos desses recursos naturais são finitos e encontram-se amplamente impactados pelas atividades humanas, sendo muitas vezes inutilizáveis. Desse modo, a importância do desenvolvimento sustentável é justificável pela urgente necessidade de conservação desses recursos.

Para alcançar o desenvolvimento sustentável, é necessário adotar práticas que promovam a eficiência no uso dos recursos, a redução de resíduos e a minimização dos impactos ambientais. Isso inclui a implementação de tecnologias limpas, a transição para fontes de energia renováveis e a adoção de modelos de produção e consumo mais responsáveis. Além disso, é fundamental promover a educação ambiental e conscientizar a socieda-



de sobre a importância de preservar o meio ambiente para garantir a qualidade de vida das futuras gerações.

No contexto brasileiro, o desenvolvimento sustentável é relevante devido à rica biodiversidade e aos vastos recursos naturais do país. A adoção de práticas sustentáveis na agricultura, na indústria e nos serviços pode contribuir para a conserva-

ção dos ecossistemas e para a redução das emissões de gases de efeito estufa. Além disso, políticas públicas que incentivem o uso responsável dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente são essenciais para promover um desenvolvimento econômico que seja socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável.

A integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) nas políticas nacionais é uma estratégia importante para orientar o desenvolvimento sustentável no Brasil. Os ODS abrangem áreas como erradicação da pobreza, segurança alimentar, saúde, educação, igualdade de gênero, água potável e saneamento, energia limpa, trabalho decente, inovação, redução das desigualdades, cidades sustentáveis, consumo e produção responsáveis, ação climática, vida na água e vida terrestre. Ao alinhar as políticas públicas com esses objetivos, o Brasil pode avançar na construção de uma sociedade mais justa e sustentável.



Esse enfoque busca criar uma economia resiliente e menos dependente de recursos finitos.

COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A luta contra as mudanças climáticas é uma das principais preocupações do G20, que busca coordenar ações globais para mitigar o impacto do aquecimento global e promover uma transição para uma economia de baixo carbono. Durante os encontros do G20, os países membros discutirão estratégias para reduzir emissões de gases de efeito estufa, fortalecer a resiliência climática e promover o uso de tecnologias limpas. Esse esforço coletivo é essencial para evitar as piores consequências das mudanças climáticas, como eventos climáticos extremos e a perda de biodiversidade.

Entre as iniciativas debatidas, a implementação de metas de redução de carbono ganha destaque. Muitos dos países do G20, inclusive o Brasil, têm se comprometido a atingir emissões líquidas zero até meados do século. Essas metas são fundamentais para manter o aumento da temperatura global dentro dos limites estabelecidos no Acordo de Paris. Como ressaltou o secretário-geral da ONU, António Guterres, “o mundo precisa de uma ação climática mais ambiciosa e de compromissos efetivos dos maiores emissores”.

A cooperação entre os países do G20 tem sido fundamental para viabilizar a transição energética, especialmente em economias dependentes de combustíveis fósseis. A substituição gradual de fontes energéticas poluentes por alternativas renováveis, como eólica e solar, é vista como um passo crucial. Além disso, o G20 buscará desenvolver políticas que incentivem a inovação e o investimento em tecnologias verdes, criando assim um ambiente favorável para o desenvolvimento de novos setores econômicos sustentáveis.

Outro ponto importante que será discutido no G20 é a proteção e restauração de ecossistemas naturais.

Florestas e outros ecossistemas são fundamentais para a absorção de carbono e para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. A preservação da Amazônia, por exemplo, tem sido uma prioridade nas negociações internacionais, com o Brasil defendendo uma abordagem que combine conservação ambiental com desenvolvimento social e econômico das comunidades locais.

O G20 também irá explorar soluções para o financiamento climático, um dos maiores desafios para os países em desenvolvimento. Muitas dessas nações precisam de recursos substanciais para implementar políticas de adaptação e mitigação, mas enfrentam dificuldades de financiamento. No encontro de 2024, o Brasil defenderá a ampliação dos mecanismos de financiamento climático, afirmando que “não haverá uma solução para a crise climática sem a justa distribuição dos custos entre as nações”.

Além disso, o G20 buscará promover a conscientização e engajamento público em relação às mudan-



Para alcançar o desenvolvimento sustentável, é necessário adotar práticas que promovam a eficiência no uso dos recursos, a redução de resíduos e a minimização dos impactos ambientais.



ças climáticas. As ações de mitigação e adaptação exigem o apoio da sociedade, tanto no consumo consciente quanto na demanda por políticas ambientais efetivas. Para isso, os países membros têm defendido campanhas de educação ambiental e transparência sobre as metas e os avanços alcançados, com o objetivo de construir um consenso global em prol da proteção do clima.

HIDROGÊNIO VERDE NO BRASIL

O Brasil tem se destacado como um importante polo no desenvolvimento de hidrogênio verde, energia eólica e solar, posicionando-se de forma estratégica para atender tanto o mercado interno quanto as demandas globais por energias limpas. Em 2023, o país iniciou projetos de produção de hidrogênio verde no



O Brasil também está desenvolvendo parcerias estratégicas com países que buscam importar energia limpa

Nordeste, utilizando fontes renováveis para obter hidrogênio com baixo impacto ambiental. O hidrogênio verde é visto como uma alternativa promissora para descarbonizar setores como o transporte e a indústria, que historicamente têm alta intensidade de emissões.

A energia eólica também é um pilar do setor de energias renováveis no Brasil, especialmente na região Nordeste, onde condições climáticas favoráveis possibilitam a geração eficiente. Atualmente, o Brasil ocupa uma posição de destaque no ranking global de geração de energia eólica, com parques eólicos que fornecem eletricidade para milhões de brasileiros. Segundo dados da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), o Brasil já superou a marca de 20 GW de capacidade instalada, com



potencial para expandir significativamente nos próximos anos.

Além da eólica, a energia solar fotovoltaica tem ganhado espaço no Brasil, tanto em grandes usinas quanto em sistemas de microgeração distribuída. O aumento na adoção de painéis solares é impulsionado pela queda nos custos da tecnologia e pelos incentivos para geração própria de energia, como os créditos de compensação nas contas de luz. A Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR) aponta que o país tem capacidade de crescimento exponencial nesse setor, com mais de 25 GW de potência instalada em 2024.

O desenvolvimento do hidrogênio verde no Brasil conta com o apoio de parcerias internacionais, atraindo investimentos estrangeiros e gerando empregos locais. Empresas europeias, por exemplo, têm investido em projetos de hidrogênio verde em portos do Nordeste, aproveitando o potencial energético da região para produzir e exportar essa fonte de energia. Segundo o Ministério de Minas e Energia, “o Brasil tem um papel estratégico no fornecimento global de hidrogênio verde, uma vez que dispõe de recursos abundantes de energia renovável”.

Outro avanço significativo para a infraestrutura energética do Brasil é a adoção de sistemas de transmissão em ultra-alta voltagem (UHV). Essa tecnologia permite que a eletricidade gerada em locais remotos, como



parques eólicos e solares no Nordeste, seja transportada com eficiência para centros de consumo distantes. O sistema UHV contribui para a estabilidade da rede elétrica e reduz as perdas na transmissão, facilitando a integração de energias renováveis na matriz energética nacional.

A combinação de hidrogênio verde, energia eólica, solar e UHV fortalece a posição do Brasil como líder em energia sustentável. Além de atender às metas de redução de carbono, esses investimentos contribuem para a segurança energética do país, diversificando as fontes de energia e reduzindo a dependência de combustíveis fósseis. O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) destacou que “o desenvolvimento dessas tecnologias coloca o Brasil na vanguarda da transição energética”.

O Brasil também está desenvolvendo parcerias estratégicas com países que buscam importar energia limpa, especialmente hidrogênio verde. Em 2024, o país firmou acordos de cooperação com a União Europeia e o Japão, comprometendo-se a fornecer hidrogênio para auxiliar na descarbonização de setores industriais no exterior. Essa exportação de hidrogênio verde é vista como uma nova fronteira econômica, com potencial para impulsionar a economia nacional e fortalecer as relações internacionais.

REFORMA DA GOVERNANÇA GLOBAL

A reforma da governança global tem sido uma das pautas prioritárias

do Brasil e de outros países emergentes no cenário internacional. A proposta central é ampliar a representatividade e a participação de nações em desenvolvimento em instituições internacionais, como o Conselho de Segurança da ONU, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Segundo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, “é necessário que as instituições multilaterais reflitam a realidade do mundo atual”.

O Brasil defende que o Conselho de Segurança da ONU, por exemplo, precisa incorporar novos membros permanentes que representem outras regiões do mundo. A estrutura atual, estabelecida após a Segunda Guerra Mundial, tem sido criticada por não incluir países da África e da América Latina em posições permanentes. Líderes do G20, incluindo o presidente do Brasil, argumentam que a inclusão de novos membros traria maior legitimidade às decisões e reforçaria o papel da ONU como mediadora de conflitos globais.

A representatividade no FMI e no Banco Mundial também é alvo de debates, com países em desenvolvimento reivindicando uma distribuição mais equitativa de votos e recursos. Atualmente, essas instituições financeiras são dominadas por economias desenvolvidas, o que limita a capacidade de nações emergentes de influenciar suas diretrizes e políticas de empréstimo.

No cenário do G20, o Brasil e outros países poderão propor a cria-

ção de mecanismos de governança mais transparentes e inclusivos. Isso inclui a possibilidade de um maior compartilhamento de dados e recursos para promover políticas de desenvolvimento sustentável em escala global. Segundo o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, “Nosso ‘Chamado à Ação’ é claro: a capacidade individual e coletiva dos Estados em responder aos desafios globais depende de instituições multilaterais mais fortes, coordenadas e representativas da realidade atual. O Sul Global precisa estar e ter os seus interesses representados nos principais foros de decisão”.

Os esforços para reformar a governança global enfrentam resistência de algumas economias desenvolvidas, que relutam em abrir mão de privilégios conquistados ao longo de décadas. No entanto, a crescente pressão de blocos regionais e de organizações como o G20 tem dado impulso às discussões. Para o Brasil e outros países emergentes, a reforma das instituições internacionais é fundamental para construir um sistema mais equilibrado e capaz de responder aos desafios atuais, incluindo desigualdades econômicas e mudanças climáticas.

Fontes: ImagineAcredite com apoio ASCOMs Governo Federal e G20.org; Agência Gov Brasil e Agência Brasil.EBC; Veja; G1; Financial Times; NeoEnergia; Época Negócios; Valor; CNN; Suno; Mundo Educação, WWF Brasil.



O desenvolvimento do hidrogênio verde no Brasil conta com o apoio de parcerias internacionais.

SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS: CYCLE GREEN ASSUME PROTAGONISMO NO MERCADO ECOLÓGICO

O Cycle Green Technology, integrante da Holding Grupo Nicoletti, se dedica à coleta de resíduos sólidos plásticos e à produção de itens a partir da reciclagem desses materiais. Utilizando uma tecnologia que transforma plásticos misturados e pós-consumo em novos produtos, a Cycle Green se apresenta como uma alternativa para a gestão de resíduos plásticos no mercado brasileiro.

Com matriz estabelecida em Brasília, Distrito Federal, e uma filial operando em Águas Lindas de Goiás, a proposta da empresa se concentra na reutilização de diversos tipos de plásticos e modularizando conforme desejado. A partir desses materiais são desenvolvidos produtos que podem ser ajustados de acordo com as necessidades do mercado, promovendo uma forma mais sustentável de lidar com o lixo plástico. Com essa tecnologia, a Cycle Green contribui para a economia circular e busca alternativas para a destinação de resíduos plásticos que normalmente seriam descartados.

Diante disso, a empresa participou de importantes eventos em novembro de 2024, com o objetivo de divulgar suas tecnologias e produtos. Entre os dias 7 e 8 de novembro, no Museu Nacional de Brasília, a Cycle Green marcou presença na 21ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), um dos maiores eventos científicos do Brasil, promovido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Com o tema "Biomassas do Brasil: diversidade, saberes e tecnologias sociais".

Durante a SNCT, a empresa também exibiu suas inovações tecnológicas, no espaço do Parque Tecnológico



placas, mesas, dentre outros, exemplificando a versatilidade dos produtos e a capacidade de reutilização de materiais plásticos descartados. Esse projeto busca integrar a reciclagem de plástico ao ambiente universitário, utilizando resíduos plásticos coletados na universidade e em comunidades de catadores. Ao mesmo tempo, o Green Lounge promove a revitalização verde com a inclusão de espécies nativas do Cerrado, conectando o uso de materiais reciclados à preservação da flora local.

No Green Lounge foram utilizados 3,7 toneladas de plásticos reciclados, gerando um ambiente educacional sobre o uso sustentável de resíduos. Este espaço proporciona aos visitantes a oportunidade de observar a aplicabilidade da reciclagem e os benefícios da economia circular em escala prática. A iniciativa reflete o compromisso da Cycle Green com a inovação e a responsabilidade ambiental.

Já nos dias 9 e 10 de novembro, a Cycle Green participou do evento #Noentornotem, realizado no Parque da Cidade de Brasília. Este evento contou com a presença de diversas autoridades, incluindo o governador de Goiás e prefeitos dos municípios do entorno de Brasília. Representando Águas Lindas de Goiás, a empresa destacou sua atuação no tratamento de resíduos sólidos e a produção de materiais a partir de plástico reciclado, contribuindo para a redução do impacto ambiental.

Ao marcar presença nesses eventos, a Cycle Green fortalece sua missão de fomentar práticas sustentáveis e demonstrar o potencial do plástico reciclado em diversas aplicações. A participação em feiras como a SNCT e o evento #Noentornotem oferece à empresa um espaço para mostrar seu trabalho e compartilhar suas ideias com diferentes públicos, incluindo gestores públicos, estudantes e a comunidade.

da Universidade de Brasília (UnB), em colaboração com a DPI/UnB e a People&Science, chamado projeto "Green Lounge", com o objetivo de demonstrar tecnologias sustentáveis para universidades e comunidades. O espaço faz parte do projeto "Eco-Soluções para Universidades: reciclagem de lixo plástico e revitalização de áreas degradadas", que visa criar um espaço de exibição das tecnologias de reciclagem em áreas próximas ao Centro de Apoio e Desenvolvimento Tecnológico (CDT) da UnB.

Neste local, aberto à visitação, estão apresentados um showroom com produtos desenvolvidos com tecnologias da Máquina ENGETRUX, a partir de resíduos plásticos misturados. Entre os itens exibidos, estão bancos,



LÍDERES DO BRICS SE REÚNEM PARA DEBATER FUTURO ECONÔMICO GLOBAL

A 16ª Cúpula do BRICS foi realizada entre os dias 22 e 24 de outubro de 2024, em Kazan, na Rússia. O evento contou com a presença dos líderes das principais nações do bloco, incluindo o presidente da Rússia, Vladimir Putin, o primeiro-ministro indiano Narendra Modi, o presidente da China, Xi Jinping, e o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa. O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, não pôde comparecer presencialmente devido a questões de saúde, mas participou de forma virtual, sendo representado no local pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira. A cúpula também recebeu outros convidados importantes, como o presidente do Egito, Abdel Fattah El-Sisi, o presidente da Etiópia, Abiy Ahmed, e o presidente do Irã, Masoud Pezeshkian.

O encontro focou-se em várias frentes importantes para o futuro do bloco, como a integração econômica, o desenvolvimento de um sistema financeiro alternativo e o fortalecimento das relações comerciais entre os países membros e parceiros. Além de destacar a importância da cooperação no contexto do atual cenário global, as discussões refletiram a busca por soluções que promovam maior independência econômica em relação a nações do Ocidente.

A cúpula abordou também iniciativas para ampliar o comércio em moedas locais, bem como a possibilidade de uma nova moeda de pagamento internacional, em resposta à crescente preocupação com a dependência do dólar americano. Essa pauta tornou-se um ponto-chave das discussões, dada a pressão econômica e política sobre alguns dos países participantes. A intenção é não apenas aumentar a autonomia do bloco,



mas também expandir sua influência global.

Além das pautas econômicas, os líderes do BRICS reforçaram a importância da integração tecnológica, discutindo o uso de novas ferramentas digitais e de inteligência artificial para melhorar a eficiência em transações comerciais. O desenvolvimento de uma infraestrutura de pagamento com tecnologia de registro distribuído (DLT), como blockchain, também foi uma questão central para modernizar o comércio e aumentar a segurança nas operações entre os países.

MOEDA DE PAGAMENTO ALTERNATIVA E BRICS PAY

A cúpula deste ano marcou um avanço importante na proposta de criação de um sistema de pagamento próprio para o grupo, o BRICS

Pay. Esse sistema é projetado para permitir que os países membros realizem transações financeiras sem a necessidade de recorrer ao dólar ou a sistemas de pagamento ocidentais, como o SWIFT. Para tal, a tecnologia de blockchain deve desempenhar um papel crucial, permitindo operações mais rápidas e com menores custos.

A implementação do BRICS Pay visa promover o uso das moedas nacionais nas transações comerciais, o que fortalece a integração econômica e melhora a autonomia financeira dos países membros. A ideia é criar uma infraestrutura robusta que possa suportar essas transações, facilitando um comércio mais direto entre os participantes do bloco. Essa abordagem é vista como um passo estratégico para enfrentar as sanções econômicas e aumentar a segurança financeira dos países, especialmente no contexto de tensões internacionais.

Os líderes ressaltaram, entretanto, que a implementação de uma moeda comum deve ser gradual e com estudos detalhados, dado o desafio de alinhar as diferentes realidades econômicas dos países membros. A proposta é fortalecer as moedas nacionais antes de qualquer passo em direção à criação de uma moeda internacional do BRICS.

IMPACTO GLOBAL

O avanço das discussões sobre a criação do BRICS Pay e a possível adoção de uma nova moeda entre os membros tem levantado questões sobre o impacto dessa decisão no cenário econômico global. Especialistas apontam que a medida pode reduzir a hegemonia do dólar no comércio internacional, diversificando as transações e fortalecendo economias emergentes. Essa abordagem de “desdolarização” foi uma das mais

debatidas na cúpula, refletindo o desejo do bloco de ampliar sua soberania econômica.

DILMA ROUSSEFF E O BANCO DO BRICS

Durante a cúpula, a ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff, que atualmente preside o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) do BRICS, desempenhou um papel de destaque nas discussões sobre a expansão do financiamento a projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável. Rousseff ressaltou a importância de um banco forte para apoiar as iniciativas dos países membros, principalmente em tempos de instabilidade econômica global.

Por outro lado, a nova estratégia de pagamento também levanta questões sobre o alinhamento entre os interesses dos países membros. Enquanto China e Rússia lideram a defesa por uma desdolarização mais agressiva, países como Índia e Brasil mantêm cautela, buscando um equilíbrio entre o comércio dentro do bloco e suas relações econômicas com o Ocidente. Esse cenário revela os desafios de implementar uma estratégia financeira unificada para o grupo.

Sob sua liderança, o NDB busca ampliar o financiamento de projetos que promovam energia renovável, saúde e infraestrutura em países em desenvolvimento, não apenas dentro do BRICS, mas também em outras nações parceiras. A expansão do banco e sua capacidade de financiamento foram pautas centrais nas discussões, destacando a relevância do NDB como uma alternativa ao Banco Mundial.



MINISTRO DO STF, CRISTIANO ZANIN RECEBE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE BRASÍLIA



Na noite do dia 21 de outubro, a Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) realizou a entrega do Título de Cidadão Honorário de Brasília ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Cristiano Zanin. O reconhecimento foi proposto pelos deputados distritais Hermeto e Wellington Luiz, ambos do MDB.

Durante a sessão solene, que contou com a presença do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, o deputado Wellington Luiz não esteve presente, mas afirmou em mensagem lida em Plenário que: “O ministro Cristiano Zanin Martins é um grande merecedor desta homenagem”.

Já o deputado Hermeto, que presidiu a sessão solene, mas discursou na Tribuna da Câmara, afirmou estar honrado em entregar a homenagem ao ministro Zanin, considerado por ele como uma das mais proeminentes figuras da justiça brasileira contemporânea.

“Responsável pela quebra da cláusula de barreira na nossa Polícia Militar do Distrito Federal, permitiu que as mulheres competissem em igualdade com os homens. Esse título mais do que uma homenagem, é o reconhecimento de uma trajetória dedicada a defesa intransigente dos direitos fundamentais e ao fortalecimento das instituições democráticas do nosso país”, destacou o parlamentar.

MAIS DO QUE UM TÍTULO, UM GESTO DE GRATIDÃO

Já no final do discurso do deputado Hermeto e como gesto de gratidão pela decisão sobre a citada cláusula de barreira, mulheres da Polícia Militar do Distrito Federal lotaram as galerias da Câmara Distrital e homenagearam o ministro com uma grande salva de palmas.

“Senhor ministro, as mulheres da Polícia Militar do Distrito Federal agradecem ao senhor pela sensibili-

dade de ter derrubado a última barreira de injustiça que nos separava dos nossos colegas. Por tudo isso e em nome das nossas mulheres, nós o agradecemos”, discursou a Coronel Carla Menezes.

Por sua vez, o governador Ibaneis Rocha considerou a homenagem mais do que justa, principalmente pela coragem na decisão em defesa das mulheres policiais do DF e pela forma como o magistrado atuou e tem atuado. “Tendo juristas como o senhor no Supremo Tribunal Federal, pra nós é uma grata satisfação realmente, porque eu sempre digo que administrar Brasília sem o judiciário é impossível”, argumentou.

O governador também destacou a briosa atuação do ministro durante a Operação Lava-Jato e teceu duras críticas ao ex-juiz Sérgio Moro. “Conte conosco sempre, porque nós contamos com o senhor para garantir a democracia do nosso país”, finalizou o gestor.



HONRA E FELICIDADE

Após tantas falas, o ministro Zanin disse que a homenagem foi recebida com muita honra, alegria e gratidão. “Sinto-me feliz e grato por este reconhecimento que vem coroar a minha relação com a cidade de Brasília”, ressaltou o magistrado em agradecimento aos deputados Hermeto e Wellington, bem como ao governador Ibaneis Rocha.

Ele também destacou que Brasília, ao longo dos seus 64 anos, tem sido palco de acolhida e generosa

oportunidade para todos e que, ao longo da sua trajetória profissional, a cidade já chegou a ser a sua segunda casa. “C”, comemorou o ministro.

E finalizou: “Honrarei o título de Cidadão Honorário e contribuirei para que Brasília seja cada vez mais justa e acolhedora”.

BIOGRAFIA DO HOMENAGEADO

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com especialização em direito processual civil pela mesma universidade, Zanin exerceu a advocacia de 2000 a 2023, e ganhou notoriedade por sua atuação como advogado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nos processos da Operação Lava Jato. Ele foi empossado como ministro do STF em agosto de 2023.



PRESIDENTE DA CAIXA DESTACA IMPORTÂNCIA DA NIB PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

Na manhã do dia 30 de outubro, em solenidade realizada no Palácio do Planalto, o Governo Federal lançou a Missão 3 da Nova Indústria Brasil (NIB), que consiste no investimento de R\$ 1,6 trilhão em projetos que visam melhorar a qualidade de vida nas cidades, integrando mobilidade sustentável, moradia, infraestrutura e saneamento básico. O evento contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, e os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Jader Filho (Cidades), além do presidente da CAIXA, Carlos Vieira, entre outras autoridades e diversos empresários.

Na ocasião, o vice-presidente e ministro, Geraldo Alckmin, lembrou que a NIB tem o objetivo de impulsionar o desenvolvimento nacional até 2033, baseada em elementos como sustentabilidade e inovação, bem como ressaltou que 75% dos recursos serão provenientes da iniciativa privada. “Esse volume expressivo de investimentos demonstra o acerto do foco da Nova Indústria Brasil que, neste caso, fortalecerá a infraestrutura e a mobilidade no país, trazendo bem-estar para os cidadãos ao mesmo tempo que incentiva uma indústria inovadora”, afirmou.

Presente na solenidade, o presidente da CAIXA, Carlos Vieira, elogiou a NIB, ressaltou a importância de colaborar com o programa e informou que na Missão 3, o banco aportará R\$ 63 bilhões. “A CAIXA participa, nesse segmento, com o mesmo empenho, com a mesma dedicação, com a mesma força, como ela participa no final dessas cadeias, que é cedendo crédito para a população brasileira, seja na forma



de crédito imobiliário, microcrédito ou com outros tipos de crédito que o banco oferta”, comentou.

Vieira também destacou que são investimentos como os previstos na NIB que fazem o país se desenvolver de verdade. “Em 2009, o presidente

Lula lançou o programa Minha Casa, Minha Vida e a indústria da construção civil no Brasil conseguia produzir 500 unidades habitacionais em 48 meses, com o entendimento, importância, dedicação e o foco dado na indústria brasileira, hoje, para a

mesma quantidade de unidades habitacionais, ou seja 500 unidades habitacionais, o setor da construção civil consegue fazer em 18 meses”, lembrou o presidente da CAIXA. “Não é porque tenha mágica em torno disso, é porque o setor acredita no Governo, é porque o setor foi buscar novas tecnologias e são essas tecnologias.

Cabe destacar que antes da solenidade, a CAIXA celebrou um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que poderá atuar como agente financeiro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com um orçamento de R\$ 12 bilhões, para financiar projetos de saneamento ambiental e mobilidade urbana. Segundo a CAIXA, as ações previstas no acordo são voltadas para investimentos e cooperação nos programas Nova Indústria Brasil (NIB), Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) e Plano



de Transformação Ecológica (PTE).

Em consonância com Carlos Vieira, o ministro-Chefe da Casa Civil, Rui Costa, destacou que a Nova Indústria Brasil é mais uma medida para consolidar o crescimento sustentável do Brasil. “Quem apostar não apostar no Brasil vai perder, porque nós faremos tudo e esse governo caminhará unido para garantir a continuidade do investimento privado e público, fazendo diálogo e os ajustes necessários para a economia seguir o seu rumo. E quando digo política de Estado, planejamento de Estado, é porque isso é feito a longo prazo e qualquer nação do mundo que se desenvolveu, que não optou por voo de galinha, mas por um crescimento de longo prazo, fez isso dialogando com a sociedade, com o setor político e, por isso, nós estamos fazendo isso de forma consistente com o Congresso Nacional”, argumentou.

Já o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, observou que graças a lei aprovadas pelo Governo Lula, o crédito está passando por uma leve transformação. Ele também afirmou que a reforma tributária que está em discussão é a maior já vista no regime democrático brasileiro, que ela será sancionada ainda em 2024, que a matriz energética nacional chama atenção do mundo e que o foco, a partir de 2025, será o de trabalhar para que o sistema tributário brasileiro esteja a altura do mundo desenvolvido. “O Brasil não tem razão para não crescer. Nós temos tarefas a cumprir, como todos os países têm, mas estamos atentos aos desafios e temos segurança em dizer que vamos avançar com reformas macroeconômicas

para que o país possa continuar crescendo com justiça social”, completou.

METAS E DESAFIOS DA MISSÃO 3 DA NIB

O desenvolvimento da cadeia produtiva de baterias está entre as prioridades da Missão 3. A meta estabelecida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) é, até 2026, ter ao menos 3% dos veículos eletrificados brasileiros circulando com baterias nacionais. A meta é chegar a 33% até 2033.

Outro objetivo é entregar, até 2026, dois milhões de moradias contratadas pelo programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), das quais 500 mil serão equipadas com painéis solares. E, até 2033, 6,9 milhões de casas, sendo 1,4 milhão com painéis fotovoltaicos. Entre as prioridades e desafios, estão, ainda, o desenvolvimento das cadeias metroferroviárias, com seus componentes, e dos sistemas de propulsão para veículos automotores.

